



Prefeitura do Município de São Pedro

Lei nº 4.490

de 06 de setembro de 2023.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal da Dívida Ativa Executada e/ou Negativada de titularidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro – REFIS/SAAESP/2023 e dá outras providências.

THIAGO SILVÉRIO DA SILVA, Prefeito do Município de São Pedro, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que os cidadãos do Município de São Pedro, pelos seus representantes da Câmara Municipal, aprovam e ele sanciona e promulga a presente lei.

Art. 1º Fica instituído no âmbito da administração indireta do Município de São Pedro, o Programa de Recuperação Fiscal da Dívida Ativa Executada e/ou Negativada de titularidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro – REFIS/SAAESP/2023, destinado a promover a recuperação de receita própria da autarquia por meio de recebimento de créditos constituídos, vencidos até 31 de dezembro de 2022, inadimplidos, inscritos em dívida ativa, de pessoas físicas ou jurídicas, ajuizados ou incluídos nos cadastros de proteção ao crédito, exclusivamente, com exigibilidade suspensa ou não.

§ 1º O REFIS/SAAESP/2023 de que trata esta lei deverá ser formalizado em formulário próprio constituído pelos anexos a esta lei e atuado em processo administrativo individualizado, podendo ser reduzido a termo nos autos das respectivas execuções fiscais quando necessário para que atinja os seus adstritos efeitos legais.

§ 2º O formulário do REFIS de que trata o § 1º deste artigo deverá ser instrumentalizado com cópia legível da documentação de qualificação pessoal do devedor optante (RG, CPF/CNPJ, comprovante atualizado de endereço), competindo ao servidor responsável pelo atendimento e consecução do parcelamento atestar a semelhança das assinaturas do requerente contidas no formulário e no seu documento de qualificação pessoal, nos termos do Art. 3º, I, da Lei Federal nº 13.726/2018.

§ 3º O REFIS/SAAESP/2023 terá sua consecução gerida exclusivamente pela Procuradoria Jurídica da autarquia, com o auxílio operacional do Setor de Lançadoria da Dívida Ativa, este último ao qual incumbe o controle da validação e do efetivo cumprimento do acordo, observado notadamente o disposto nos §§ 1º ao 6º do Art. 3º e no Art. 8º, caput e incisos, desta lei, competindo a referido setor comunicar formalmente à Procuradoria Jurídica autárquica eventual inconsistência para fins de exclusão do programa com consequente ajuizamento tempestivo ou prosseguimento da execução fiscal.

Art. 2º O ingresso no REFIS/SAAESP/2023 dar-se-á por opção do devedor, que fará jus ao regime especial previsto no Art. 3º desta lei para pagamento de débitos incluídos no Programa, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade fiscal ou solidária, tendo por base a data da opção.

§ 1º Para que sejam incluídos no programa, os débitos de titularidade de um mesmo sujeito passivo deverão estar necessariamente ajuizados ou inscritos nos cadastros de proteção ao crédito, e devidamente consolidados.

§ 2º A opção poderá ser formalizada durante o período de tempo peremptório e improrrogável de 100 (cem) dias, com termo inicial na data de promulgação da presente lei.

Art. 3º No Programa de Recuperação Fiscal da Dívida Ativa Executada e/ou negativada de titularidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro – REFIS/SAAESP/2023, será aplicado o percentual de redução de cem por cento (100%) dos juros e da multa de mora incidentes sobre o valor consolidado do débito atualizado até a data da opção, exclusivamente, e o saldo remanescente poderá ser parcelado em parcelas mensais e consecutivas, respeitados os limites de valor mínimo de cada parcela e de quantidade máxima de parcelas prevista para o caso, conforme a seguinte tabela:



Prefeitura do Município de São Pedro

VALOR LÍQUIDO DO DÉBITO CONSOLIDADO	VALOR MÍNIMO DE PARCELAS	QUANTIDADE MÁXIMA DE PARCELAS
Até R\$ 5.000,00	R\$ 40,00	125
R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	R\$ 50,00	200
R\$ 10.001,00 a R\$ 15.000,00	R\$ 75,00	200
R\$ 15.001,00 a R\$ 20.000,00	R\$ 100,00	200
R\$ 20.001,00 a R\$ 25.000,00	R\$ 125,00	200
R\$ 25.001,00 a R\$ 30.000,00	R\$ 150,00	200
R\$ 30.001,00 a R\$ 35.000,00	R\$ 175,00	200
R\$ 35.001,00 a R\$ 40.000,00	R\$ 200,00	200
R\$ 40.001,00 a R\$ 45.000,00	R\$ 225,00	200
R\$ 45.001,00 a R\$ 50.000,00	R\$ 250,00	200
R\$ 50.001,00 a R\$ 55.000,00	R\$ 275,00	200
R\$ 55.001,00 a R\$ 60.000,00	R\$ 300,00	200
R\$ 60.001,00 a R\$ 65.000,00	R\$ 325,00	200
R\$ 65.001,00 a R\$ 70.000,00	R\$ 350,00	200
R\$ 70.001,00 a R\$ 75.000,00	R\$ 375,00	200
R\$ 75.001,00 a R\$ 80.000,00	R\$ 400,00	200
R\$ 80.001,00 a R\$ 85.000,00	R\$ 425,00	200
R\$ 85.001,00 a R\$ 90.000,00	R\$ 450,00	200
R\$ 90.001,00 a R\$ 95.000,00	R\$ 475,00	200
R\$ 95.001,00 a R\$ 100.000,00	R\$ 500,00	200
R\$ 100.001,00 a R\$ 200.000,00	R\$ 1.000,00	200
R\$ 200.001,00 a R\$ 300.000,00	R\$1.500,00	200
R\$ 300.001,00 a R\$ 400.000,00	R\$2.000,00	200
R\$ 400.001,00 a R\$ 500.000,00	R\$2.500,00	200
Acima de R\$ 500.001,00	R\$3.000,00	200

§ 1º O vencimento da primeira parcela no valor estabelecido no acordo será fixado para até o 5º (quinto) dia útil consecutivo à data da formalização do termo de parcelamento, vencendo-se as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes.

§ 2º O acordo somente será validado mediante o pagamento da primeira parcela.

§ 3º Uma vez validado o acordo, o nome do devedor será excluído dos cadastros de proteção ao crédito, devendo para tanto ser emitida certidão de validação pelo setor de Lançador da Dívida Ativa e encaminhada à Procuradoria Jurídica autárquica para os devidos fins, podendo haver nova inclusão em caso de exclusão do programa.

§ 4º Verificado, e expressamente informado pelo setor de Dívida Ativa o integral cumprimento do parcelamento à Procuradoria Autárquica, esta requererá a extinção do processo, ficando a cargo do executado o recolhimento por meio de guia própria do Estado das custas e despesas processuais porventura devidas, nos termos do Art. 39, *caput* e Parágrafo único, da Lei Federal 6.830/80 – Lei de Execuções Fiscais, cumulado com Art. 91, *caput*, do Código de Processo Civil.



Prefeitura do Município de São Pedro

§ 5º Havendo o descumprimento do prazo para pagamento da parcela mensal, serão aplicados os acréscimos previstos na legislação municipal, sem prejuízo do disposto no Art. 8º, VI, desta lei.

§ 6º Aplicar-se-á correção monetária prevista na legislação municipal, sobre as parcelas cujos vencimentos ocorrerão nos exercícios seguintes ao da opção de que trata o Art. 2º desta lei.

Art. 4º Os débitos, constituídos pelo valor principal e correção monetária, serão necessariamente acrescidos das despesas judiciais eventualmente recolhidas na execução fiscal e dos honorários advocatícios de sucumbência, estes últimos devidos na forma do § 19 do Art. 85 do Código de Processo Civil e incidentes sobre o saldo remanescente do débito ajuizado calculado com os devidos descontos previstos nesta lei, que serão pagos integralmente em tantas parcelas mensais, iguais e sucessivas quantas forem aquelas correspondentes à opção a que se refere o Art. 3º desta lei.

Parágrafo único. As custas e os honorários de sucumbência relativos às ações judiciais ou incidentes processuais ajuizados pelo devedor deverão ser pagos na forma do § 2º do Art. 9º desta lei.

Art. 5º A opção pelo REFIS/SAAESP/2023 sujeita o devedor à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e indivisível da dívida nele incluída, e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito confessado, devendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de prévia verificação do devedor antes da assinatura do Termo de Parcelamento.

§ 1º A opção pelo REFIS/SAAESP/2023 sujeita ainda o devedor:

I - ao pagamento regular das parcelas assumidas com o parcelamento;

II - ao pagamento regular das tarifas, preços públicos e demais fontes de receitas autárquicas vincendas.

§ 2º A constituição da confissão de dívida como instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito confessado, mencionada no caput deste artigo, não retira a força executiva das respectivas certidões de dívida ativa, não prejudicando as eventuais execuções fiscais em curso e não impedindo a propositura de execuções fiscais com base nas certidões de dívida ativa ainda não ajuizadas.

Art. 6º A opção poderá ser formalizada na esfera judiciária por meio de petição em cartório judicial ou em decorrência de audiências judiciais de tentativa de conciliação, em sistema de mutirão ou não, reduzida a termo e homologado pelo Juízo nos autos das adstritas ações de execução fiscal da Autarquia, ou exclusivamente na esfera administrativa.

§ 1º A opção pelo REFIS/SAAESP/2023 implica manutenção automática dos gravames decorrentes de indisponibilidade de bens em medida cautelar fiscal e das garantias prestadas ou de penhoras/bloqueios efetivados nas ações de execução fiscal ou qualquer outra ação judicial porquanto perdurar o parcelamento, vedada a extinção do executivo fiscal enquanto não houver o integral pagamento do crédito exequendo.

§ 2º Eventual saldo em dinheiro bloqueado/penhorado em execução fiscal em data anterior ao parcelamento deverá ser utilizado para abatimento do saldo devedor do REFIS/SAAESP/2023.

§ 3º Caso a indisponibilidade de bens, penhoras ou bloqueios sejam efetivados nas ações judiciais após a adesão do devedor ao REFIS/SAAESP/2023, referidos gravames poderão ser levantados se houver provocação do interessado, desde que se comprove que o devedor está adimplente com o REFIS.



Prefeitura do Município de São Pedro

Art. 7º O devedor não poderá incluir no REFIS/SAAESP/2023 eventuais saldos de REFIS anteriores, salvo se encontrar-se em situação que autorize a rescisão do REFIS conforme as hipóteses legais previstas em cada lei específica, e desde que aperfeiçoadas as hipóteses de rescisão até sessenta dias anteriores à data de publicação da presente lei, sem prejuízo do disposto no § 4º do Art. 8º da presente lei.

Art. 8º O devedor será excluído do REFIS/SAAESP/2023 diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta lei;

II - nova inscrição de crédito em dívida ativa da Autarquia, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias contados da sua constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial que o tornou definitivo;

III - falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

IV - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecer estabelecida no Município de São Pedro e assumir expressa e solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS;

V - prática pelo devedor optante de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações e/ou a diminuir ou a subtrair receita;

VI - a manutenção em aberto de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

§ 1º A exclusão do devedor do REFIS provocará a rescisão do parcelamento, independente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, implicando o imediato ajuizamento da ação de execução fiscal ou o impulsionamento da ação executiva já existente, que poderá ser remetida diretamente para a fase de expropriação de bens, com base nos Arts. 389 e 395 do Código de Processo Civil, restabelecendo-se, pois, a exigibilidade da totalidade do débito confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais previstos na legislação municipal, retroagindo a base de cálculo dos encargos legais e moratórios à data do respectivo vencimento originário da obrigação.

§ 2º A exclusão do devedor na forma do § 1º deste artigo será realizada pelo Setor da Dívida Ativa, mediante estorno do parcelamento, tão logo ocorram quaisquer das hipóteses previstas nos incisos do *caput* deste artigo, remetendo-se o documento de estorno à Procuradoria Jurídica da Autarquia para as providências cabíveis.

§ 3º Uma vez excluído, o devedor não poderá aderir novamente ao mesmo Programa de Recuperação Fiscal.

§ 4º Não poderá aderir ao REFIS o devedor que reiteradamente descumpriu os programas de recuperação fiscal anteriormente instituídos pelo Município, assim considerado a adesão pelo devedor a três ou mais programas de recuperação anteriores em que houve o inadimplemento de mais de 50% da dívida parcelada.

§ 5º Para atendimento do disposto no § 4º deste artigo, o setor de Dívida Ativa, após a entrada em vigor da presente lei, elaborará o cadastro contendo a lista de devedores que reiteradamente descumpriram os programas de recuperação fiscal anteriormente instituídos pela Autarquia, solicitando ao setor competente a anotação de referidos dados no sistema de gestão da dívida ativa de forma a impedir a adesão automática ao REFIS daqueles que se enquadram na referida regra de exceção.

Art. 9º A inclusão no REFIS/SAAESP/2023 fica condicionada, ainda, à desistência expressa, irrevogável e irretroatável de qualquer tipo de impugnação ofertada pelo devedor em relação à certeza, liquidez e exigibilidade do débito objeto de parcelamento,



Prefeitura do Município de São Pedro

devendo haver renúncia expressa ao direito em que se fundou o recurso administrativo, os embargos à execução, o incidente processual na execução fiscal, a ação ou o recurso judiciais próprios, ou qualquer outro meio legal de resistência ou impugnação à validade da cobrança.

§ 1º O formulário de ingresso no REFIS/SAAESP/2023 será necessariamente composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I e II que passam a fazer parte integrante desta lei, competindo ao servidor que o receber, na ocasião da sua entrega, apor o seu nome e matrícula funcional no documento, e verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, atestando a semelhança das assinaturas na forma do § 2º do Art. 1º desta lei, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 2º Na desistência de ação judicial, deverá o devedor desistente suportar as custas judiciais e, se cabíveis, também os honorários de sucumbência, os quais ficam fixados a 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

Art. 10. A fruição de benefício contemplado por esta lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

Art. 11. As obrigações dos devedores decorrentes da opção pelo REFIS/SAAESP/2023, inclusive na hipótese do parcelamento referido no Art. 3º desta lei, não serão consideradas para fins de determinação de índices econômico-financeiros para efeito de licitações públicas no âmbito municipal.

Art. 12. O REFIS/SAAESP/2022 não abrangerá compensação de dívida passiva da Autarquia, sujeitando-se os credores ao procedimento próprio de cobrança.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, com exceção da Lei Municipal nº 2.843, de 02 de outubro de 2009, que continua a vigorar concomitantemente.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.


THIAGO SILVERIO DA SILVA
Prefeito

Publicado, e registrado na Secretaria de Governo da Municipalidade de São Pedro aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.


CLAUDINEI FRANCO DE ARRUDA

Secretário de Governo



Prefeitura do Município de São Pedro

ANEXO I¹

ATO/TERMO DE DESISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO OU RECURSO ADMINISTRATIVO CUMULADO COM PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE PARCELAMENTOS ANTERIORES

Identificação

Nome/Razão Social: _____

CPF/CNPJ: _____ Telefone: () _____

Domicílio/Sede: _____

Apto/Complemento: _____ Andar: _____ CEP: _____

e-mail: _____.

Número Cadastro: _____

Sujeito Passivo/Representante legal (nome): _____,

R.G.: _____ C.P.F.: _____.

Ao Diretor-Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro - SAAESP.

O devedor/responsável legal acima identificado, para efeito de formalizar pedido de parcelamento com base na Lei nº _____, requer a desistência total da impugnação ou recurso interposto em todos os processos administrativos, referentes aos débitos sob minha responsabilidade passíveis de parcelamento por meio da lei acima citada.

Declara, ainda, que renuncia a quaisquer alegações de direito sobre as quais se funda(m) a(s) referida(s) impugnação(ões) ou recurso(s).

(OPCIONAL)

O devedor/responsável legal solicita desistência irrevogável e irretroatável de todas as modalidades de parcelamento que contemplem débitos passíveis, total ou parcialmente, de inclusão no parcelamento da Lei nº _____ ? () Sim () Não

Na hipótese de assinalamento da opção "Não", indicar pormenorizadamente as modalidades e/ou parcelamentos para os quais solicita desistência irrevogável e irretroatável, informando o número do processo respectivo:

1) _____

2) _____

3) _____

Outras modalidades. Informar o número dos processos de parcelamento:

1) _____

2) _____

São Pedro, _____ de _____ de 20__.	PROTÓCOLO
Assinatura Contribuinte/ Representante Legal/Procurador	Data: __/__/____
Telefone para contato: () _____	Prot. nº _____
	Proc. _____

¹ Art. 9º, § 1º (Lei REFIS/SAAESP). O formulário de ingresso no REFIS/SAAESP/2022 será composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I e II que passam a fazer parte integrante desta lei, além dos documentos de qualificação pessoal (Art. 1º, § 2º), competindo ao servidor que o receber, na ocasião da sua entrega, apor o seu nome e matrícula funcional no documento, e verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, atestando a semelhança das assinaturas na forma do § 2º do Art. 1º desta lei, sob pena de responsabilidade funcional.



Prefeitura do Município de São Pedro

ANEXO II²

PEDIDO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS – PEPAR CUMULADO COM PEDIDOS DE DESISTÊNCIA E RENÚNCIA QUE ESPECIFICA

Identificação

Nome/Razão Social: _____

CPF/CNPJ: _____ Telefone: () _____

Domicílio/Sede: _____

Apto/Complemento: _____ Andar: _____ CEP: _____

e-mail: _____

Acordo n.º: _____/20____.

Número Cadastro: _____.

Sujeito Passivo/Representante legal (nome): _____,

R.G.: _____ C.P.F.: _____.

O devedor acima identificado, na pessoa de seu representante legal, requer junto à Presidência do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro - SAAESP, com base nos Art. 2º da Lei nº _____, o parcelamento de seus débitos ajuizados e/ou negativados, conforme extrato de levantamento em anexo, por meio de _____ (_____) parcelas a serem pagas todo dia _____ de cada mês, consecutivamente, autorizando sejam consolidados e abrangidos pelo parcelamento todos os débitos exigíveis que recaiam sobre o CPF/CNPJ nº _____.

Requer ainda, seja o presente acordo reduzido a termo nos autos da respectiva Execução Fiscal, se o caso, para homologação judicial.

Declara estar ciente de que o presente pedido importa em confissão judicial e extrajudicial indivisível e irretroatável da dívida, nos termos dos Arts. 389 e 395 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC).

Dá-se por ciente de que **a manutenção em aberto de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará sua exclusão do REFIS e rescisão imediata deste parcelamento, de modo que tornar-se-ão sem efeito os benefícios auferidos em relação aos pagamentos porventura efetivados após a rescisão do parcelamento.**

Declara, ainda, sob as penas da lei, que (_____) **NÃO** há qualquer ação, pedido ou recurso ativo onde se discuta judicialmente o referido débito(s) inscritos em Dívida Ativa da Autarquia SAAESP, **ou**, que (_____) **DESISTE** expressamente de toda e qualquer ação judicial, pedido ou recurso em que esteja discutindo o(s) referido débito(s) inscrito(s) em Dívida Ativa.

Por fim, nos termos do Art. 9º da Lei nº _____, **RENUNCIA** neste ato ao direito de discutir a certeza, liquidez e exigibilidade dos débitos abrangidos pelo parcelamento ora requerido.

Reconhece enfim o(a) requerente/executado que deverá proceder ao recolhimento, em guia própria do Estado, das custas e despesas devidas no(s) adstrito(s) processo(s) de execução fiscal.

São Pedro, _____ de _____ de 20____.	PROT O C O L O
_____	Data: ____/____/____
Assinatura Contribuinte/ Representante Legal/Procurador	Prot. nº _____
Telefone para contato: () _____	Proc. _____

² Art. 9º, § 1º (Lei REFIS/SAAESP). O formulário de ingresso no REFIS/SAAESP/2022 será composto pelas declarações e termos contidos nos anexos I e II que passam a fazer parte integrante desta lei, além dos documentos de qualificação pessoal (Art. 1º, § 2º), competindo ao servidor que o receber, na ocasião da sua entrega, apor o seu nome e matrícula funcional no documento, e verificar e exigir o preenchimento de todos os campos e as respectivas assinaturas, atestando a semelhança das assinaturas na forma do § 2º do Art. 1º desta lei, sob pena de responsabilidade funcional.